

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.

Senhores acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2020. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2019 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Perfil
 A Generali é um grupo italiano independente com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores seguradoras do mundo, presente em mais de 50 países. Com quase 72.000 funcionários e 61 milhões de clientes, tem uma posição de liderança na Europa e presença crescente na Ásia e na América Latina. Em 2019, a Generali se destacou como o melhor grupo mundial de seguros, segundo a lista "Empresas mais conceituadas", desenvolvida pela Forbes.

A companhia está no Brasil desde 1925 e foi a primeira seguradora estrangeira a chegar aqui. Desde agosto de 2019, a nossa Matriz encontra-se em um edifício moderno e sustentável na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Estratégia Geral
 Nossa missão é oferecer soluções customizadas em Seguros de vida e Seguros massificados. É por isso que protegemos tudo que é mais importante para os nossos segurados. Dos celulares mais simples aos mais tecnológicos, dos eletroportáteis a todos os bens da residência; da proteção financeira à proteção de renda de nossos clientes. Nosso seguro tem um importante papel social, que é oferecer tranquilidade e segurança a milhões de brasileiros.

Desempenho Econômico
 A economia brasileira registrou uma clara desaceleração no final de 2018, muita incerteza com as eleições presidenciais e crescimento da atividade econômica de apenas 1,1%. Em 2019, Com o início do governo de Jair Bolsonaro a expectativa era de grandes reformas, citam-se a administrativa, fiscal e previdenciária, também o combate implacável à corrupção e avanço econômico com cunho neo-liberal. O que não ocorreu de fato, até então, somente uma reforma previdenciária desidratada saiu do papel.

Após o primeiro semestre de 2019, o primeiro texto da reforma da previdência foi aprovado. As próximas grandes reformas a serem seguidas são a reforma tributária, que pretende buscar a simplificação dos impostos e poderá ainda reduzir suas alíquotas e a reforma trabalhista, que poderá simplificar o processo de contratação, reduzindo assim os custos das empresas com esse processo.

No começo de 2020 o mundo mudou. Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida de pessoa a pessoa.

A Assicurazioni Generali, em resposta ao esforço global contra a Pandemia aprovou a criação de um Fundo Internacional Extraordinário de até 100 milhões de Euros dedicado à luta contra as emergências da covid-19, visando destinar até 30 milhões de euros para a emergência sanitária na Itália e focar, com o fundo remanescente, em situações que tenham impacto direto e significativo: clientes Generali afetados pela crise, como pequenas e médias empresas, assim como seus funcionários. Para o Brasil, devido a estratégia do Run Off, o fundo foi aprovado junto ao grupo, no valor de R\$ 3,2 milhões para evitar emissões no período do início da pandemia da COVID-19, permitindo assim, apoio aos empregados com a permanência na folha de pagamento nos meses de junho à agosto de 2020, além de mitigar possíveis danos de reputação da empresa.

Analistas de mercado esperam que haja uma queda da atividade econômica neste ano, a nível global, e as projeções seguem em constantes revisões de crescimento para baixo, ao passo que os impactos econômicos oriundos da crise do coronavírus vão sendo contabilizados. Com isso, os ativos financeiros podem continuar apresentando volatilidade no curto prazo. Além disso, as tensões em torno do ambiente político local podem contribuir para uma volatilidade adicional.

Por outro lado, as autoridades globais ainda sinalizam que podem continuar adotando medidas de estímulos para as economias, caso seja necessário, para aliviar o tamanho do impacto financeiro. Sendo assim, o momento requer cautela. No período pós crise, o país poderá entrar em uma trajetória de crescimento, com inflação ainda controlada, juros em níveis baixos e continuidade da agenda de reformas fiscais e do ambiente de negócios.

Fonte(s): Banco Central, Itaú e Santander, Grupo Abril, Ministério da Saúde, Nexo, Agência Brasil, Folha de São Paulo, Valor Econômico, Estado, Globo, Gazeta do Povo, Goldman Sachs, JP Morgan, Gavekal, Capital Economics, Vital Knowledge, MCM, Pastore Associados, Bloomberg, Broadcast.

Agradecimento
 Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)							
ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante	1.181.190	987.715	781.411	Circulante	1.184.317	961.035	745.466
Disponível	11.648	8.517	10.065	Contas a pagar	67.998	51.446	36.906
Caixa e equivalentes de caixa	11.648	8.517	10.065	Obrigações a pagar (Nota 15)	18.405	13.007	12.844
Aplicações financeiras (Nota 5)	305.757	279.616	225.281	Impostos e encargos sociais a recolher	16.545	15.449	13.396
Quotas de fundos de investimento	305.757	279.616	225.281	Encargos trabalhistas	4.448	5.103	4.751
Crédito das operações com seguros e resseguros	382.037	333.311	281.610	Impostos e contribuições	2.997	2.419	1.082
Prêmios a receber (Nota 6)	290.457	235.783	189.199	Outras contas a pagar	25.603	15.468	4.833
Operações com seguradoras	2.267	2.349	1.248	Débitos de operações com seguros e resseguros	350.493	226.885	165.778
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	66.320	57.521	55.118	Prêmios a restituir	7.628	1.879	1.239
Outros créditos operacionais (Nota 11)	22.993	37.658	36.045	Operações com seguradoras	56.215	6.659	5.603
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 18)	358.315	260.713	180.639	Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	208.851	124.416	78.961
Títulos e créditos a receber	4.213	6.249	22.792	Corretores de seguros e resseguros	38.597	43.372	39.225
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	3.116	5.231	21.424	Outros débitos operacionais	39.202	50.559	40.750
Outros créditos	1.097	1.018	1.368	Depósitos de terceiros (Nota 16)	31.637	18.695	13.364
Outros valores e bens (Nota 8)	6.720	5.062	7.394	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	733.469	663.439	528.345
Empréstimos e depósitos compulsórios	41	41	23	Danos	364.436	421.476	359.802
Despesas antecipadas (Nota 9)	14.546	13.240	9.969	Pessoas	369.033	241.963	168.543
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	97.913	80.966	49.638	Débitos diversos	720	570	1.073
Não circulante	535.785	518.853	410.431	Não circulante	99.472	35.464	34.885
Realizável a longo prazo	256.516	215.639	154.393	Contas a pagar	1.995	2.869	15.699
Aplicações financeiras (Nota 5)	112.717	84.077	125.904	Outras contas a pagar	-	-	13.380
Títulos e créditos a receber	104.495	118.783	28.489	Tributos diferidos	1.995	2.869	2.319
Créditos a receber	638	600	566	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	80.592	18.610	1.195
Prêmios a receber (Nota 6)	1	7.016	-	Danos	66.983	17.156	1.041
Outros créditos operacionais (Nota 11)	82.427	85.697	2.182	Pessoas	13.609	1.454	154
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	-	-	2.595	Outros débitos	16.885	13.985	17.991
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	21.429	25.470	23.146	Provisões para contingências (Nota 17)	13.375	9.905	9.484
Outros valores e bens (Nota 8)	755	1.352	-	Débitos diversos	3.510	4.080	8.507
Despesas antecipadas (Nota 9)	24.247	5.295	-	Patrimônio líquido (Nota 22)	433.186	510.069	411.491
Custo de aquisição de diferidos (Nota 10)	14.302	6.132	-	Capital social	1.563.401	1.513.401	1.371.177
Investimentos	43	412	412	Reserva de capital	9.771	10.238	6.213
Participações societárias	-	353	353	Reserva de reavaliação	-	84	84
Outros investimentos	43	59	59	Ajustes de avaliação patrimonial	2.994	4.233	3.407
Imobilizado (Nota 13)	8.928	7.616	3.353	Prejuízos acumulados	(1.142.980)	(1.017.887)	(969.390)
Imóveis de uso próprio	-	169	172	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.716.975	1.506.568	1.191.842
Bens móveis	2.820	3.287	2.008				
Outras imobilizações	6.108	4.160	1.173				
Intangível (Nota 14)	270.298	295.186	252.273				
Total do ativo	1.716.975	1.506.568	1.191.842				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)		
	31/12/2020	31/12/2019
		(reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	805.013	751.185
Variações das provisões técnicas	(65.567)	(99.519)
Prêmios ganhos (Nota 23)	739.446	651.666
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(443.369)	(440.620)
Custos de aquisição (Nota 26.a)	(238.809)	(163.012)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 26.b)	(48.820)	(51.345)
Resultado com resseguro (Nota 26.c)	23.443	45.863
Despesas administrativas (Nota 26.d)	(135.126)	(142.911)
Despesas com tributos (Nota 26.e)	(21.150)	(19.701)
Resultado financeiro (Nota 26.f)	15.752	66.683
Resultado operacional	(108.633)	(53.377)
Ganho (perdas) com ativos não correntes (Nota 26.g)	(15.428)	3.373
Resultado antes dos impostos e participações	(124.061)	(50.004)
Participações sobre o resultado	(1.032)	1.507
Prejuízo do exercício	(125.093)	(48.497)
Quantidade de ações	4.661.665	4.229.589
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(27,38)	(12,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)		
	31/12/2020	31/12/2019
		(reapresentado)
Prejuízo do exercício	(125.093)	(48.497)
Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Variação do valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(2.066)	1.376
Efeito do imposto de renda e contribuição social	826	(550)
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(84)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(126.417)	(47.671)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)		
	31/12/2020	31/12/2019
		(reapresentado)
Prejuízo do exercício	(125.093)	(48.497)
Ajustes para		
Depreciação e amortização	29.411	22.814
Constituição (reversão) de provisão para contingências	3.470	422
Resultado da baixa de intangível e imobilizado	16.160	-
Ajuste na reavaliação de imobilizado	(1.240)	-
Reversão (constituição) de provisão para redução do valor recuperável dos ativos	11.187	13.172
Remuneração baseada em ações	(467)	4.025
Outros ajustes	(84)	(32.548)
	(66.656)	(40.612)
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	66.129	1.474
Créditos das operações de seguros e resseguros	(51.561)	(58.418)
Ativos de resseguro	(97.602)	(80.074)
Créditos fiscais e previdenciários	2.115	16.193
Despesas antecipadas	(3.932)	(14.566)
Custos de aquisição diferidos	(19.937)	(31.328)
Outros ativos	(2.615)	(77.609)
Depósitos judiciais e fiscais	(38.213)	(2.323)
Outras contas a pagar	15.100	11.347
Impostos e contribuições	578	(9.638)
Débitos de operações de seguros e resseguros	114.486	61.046
Outros passivos	(420)	(5.014)
Depósitos de terceiros	12.942	5.331
Provisões técnicas - seguros	48.426	152.508
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(21.159)	(69.798)
Atividades de investimento		
Aquisição e venda de imobilizado e intangível	(25.710)	(73.974)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(25.710)	(73.974)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	142.224
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.000	142.224
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.311	(1.548)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.517	10.065
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.648	8.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.371.177	-	6.213	84	3.407	(969.390)	411.491
Aumento de capital - (Nota 22.1)	-	142.224	-	-	-	-	142.224
Aprovação do aumento do capital - AGE 29/04/19	125.223	(125.223)	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento do capital - AGE 28/06/19	17.000	(17.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 25)	-	-	4.025	-	-	-	4.025
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	826	-	826
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(48.497)	(48.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.513.401	-	10.238	84	4.233	(1.017.887)	510.069
Aumento de capital - (Nota 22.1)	-	50.000	-	-	-	-	50.000
Aprovação do aumento do capital - (Nota 22.1)	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 25)	-	-	(467)	-	-	-	(467)
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(84)	-	-	(84)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.239)	-	(1.239)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(125.093)	(125.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.563.401	-	9.771	-	2.994	(1.142.980)	433.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
 A Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

A administração também prevê diante de seu fluxo de caixa projetado que até ao fim do ano de 2021, haverá fluxo de caixa negativo em R\$1.710 mil, porém a expectativa é que com os contratos e parcerias firmadas a retomada traga fluxos positivos. Cabe ressaltar que a Companhia tem em 31 de dezembro de 2020 uma suficiência (Ativos Garantidores > Provisões Técnicas) no valor de R\$34.102 mil, bem como excesso de capital (Patrimônio Líquido Ajustado > Capital Mínimo Requerido) no valor de R\$ 32.014 mil.

Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de distribuição. Esta parceria, inicialmente, tinha duração de 20 anos, porém em dezembro de 2019 o contrato foi renegociado sendo adicionado mais 2 anos à vigência contratual e será reembolsado 40% do valor aportado inicialmente, corrigido monetariamente até a data da assinatura da renegociação contratual.

Em 1º de julho de 2020, a Generali firmou contrato junto à Agibank Corretora de Seguros Ltda referente à comercialização e distribuição de produtos de seguro até 1º de abril de 2026, com exclusividade, mediante remuneração de comissão de corretagem. Esse contrato substituiu o contrato firmado em 28 de fevereiro de 2020, cujo objeto era também a comercialização e distribuição de produtos de seguro, porém, sob uma remuneração de comissão de corretagem inferior, e que previa o pagamento de R\$50.000 da Generali ao Banco correspondente a Marketing Allowance e à transferência da carteira de Seguros de vida em grupo prevista à data do contrato. Esse valor foi efetivamente pago à Agibank em 20 de março de 2020. Para mais detalhes deste e das demais parcerias vide Notas 9 (Despesas antecipadas) e 14 (Intangível).

Em outubro de 2019, a administração da Companhia decidiu pela descontinuidade da comercialização de apólices de frotas, sendo suas últimas apólices vigentes até outubro de 2020. Em maio de 2020, a administração decidiu pela descontinuidade da comercialização de seguro auto tradicional, sendo sua carteira em *run-off*, terminando as últimas vigências em 31 de maio de 2021.

1.1. Impactos COVID-19
 Assim que identificou a possibilidade do isolamento social, a Companhia adotou para todos os executivos, gestores e funcionários a modalidade "home office" de trabalho através de ferramenta específica para o acesso aos sistemas e aos computadores da sede da Companhia, bem como outras medidas que propiciaram a continuidade de todos os processos operacionais da Companhia. Em relação aos serviços contratados pela companhia não foi detectada nenhuma descontinuidade de prestação de serviços dos contratos atualmente firmados, bem como nenhum indício que isso possa ocorrer.

Considerando a incerteza da evolução ou redução da COVID-19 no Brasil, que inclusive depende das medidas governamentais e da própria população, a Companhia continuará monitorando e avaliando ao longo dos próximos meses, mantendo foco na segurança dos seus funcionários, corretores, clientes e prestadores de serviços.

Como não podemos controlar e prever quais medidas governamentais que serão adotadas, bem como a futura situação econômica brasileira e por consequência as nossas operações, a companhia mediante esse cenário de incertezas não tem como quantificar os impactos financeiros de seus resultados futuros e vem monitorando constantemente a sua liquidez e solvência.

Por fim, a Companhia aderiu aos seguintes benefícios oferecidos pelo Governo Federal:

(a) Postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio 2020 relativas tanto às contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS, quanto às contribuições devidas ao INSS, parcela empresa, de que trata o artigo 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/20, alterada pela Portaria nº 150/20, no montante de R\$7.102.

(b) Postergação do vencimento dos depósitos referentes ao FGTS de titularidade dos seus colaboradores, relativos às competências de março, abril e maio, conforme estabelecido pela MP nº 927 de 22 de março de 2020, no montante de R\$1.180 pagos em 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.



Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

2.5. Comparabilidade

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da circular SUSEP 517/15 e suas alterações posteriores. Adicionalmente, as demais demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os valores patrimoniais relativos a 31 de dezembro de 2019, e 1º de janeiro de 2019 reapresentados, e valores da demonstração do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2019 também reapresentados, conforme descrito a seguir.

Com a publicação da Circular DIAFI 007/2020, publicada no "SIC DPVAT" em 19/02/2020, a Seguradora Líder formalizou a alteração no modelo de contabilização do seguro DPVAT a partir de janeiro de 2020. A Circular formaliza as alterações na forma de registro contábil das operações do DPVAT no consórcio por força da publicação das Resoluções CNSP nº 377/19 e nº 378/19 (vide item 3.1.7.1), alteração na forma de registro contábil das operações do DPVAT pelas consorciadas, após a revogação dos artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/15 por força da publicação da Circular SUSEP 595/19 (vide item 3.1.7.1).

Em janeiro de 2020, a Seguradora estornou os saldos registrados até dezembro de 2019, adotando o novo critério de registro contábil conforme definido pelas referidas normas emitidas pela SUSEP. Considerando a relevância dos investimentos apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora optou pela reapresentação nestas demonstrações financeiras, dos respectivos saldos impactados refletindo a exclusão dos valores relativos ao DPVAT.

Nesse contexto, os impactos nas rubricas contábeis correspondentes e sua divulgação estão demonstradas a seguir, e em conformidade ao previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos impactados foram:

	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019	01/01/2019	Ajustes	31/12/2018
	(reapresentado)		(originalmente apresentado)	(reapresentado)		(originalmente apresentado)
Ativo						
Circulante	987.715	(92.523)	1.080.238	781.411	(86.721)	868.132
Aplicações	279.616	(92.269)	371.885	225.281	(86.721)	312.000
Crédito das operações com seguros e resseguros	333.311	(254)	333.565	281.610	-	281.610
Outros créditos operacionais	37.658	(254)	37.912	36.045	-	36.045
Não Circulante	518.853	(184)	519.037	410.431	(216)	410.647
Imobilizado	7.616	(184)	7.800	3.353	(216)	3.569
Outras imobilizações	4.160	(184)	4.344	1.173	(216)	1.389
Total do ativo	1.506.568	(92.707)	1.599.275	1.191.842	(86.937)	1.278.779
	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019	01/01/2019	Ajustes	31/12/2018
	(reapresentado)		(originalmente apresentado)	(reapresentado)		(originalmente apresentado)
Passivo						
Circulante	961.035	(92.707)	1.053.742	745.466	(86.937)	832.403
Outros débitos operacionais	50.559	(584)	51.143	40.750	(277)	41.027
Provisões técnicas - seguros (Danos)	421.476	(92.123)	513.599	359.802	(86.660)	446.462
Total do passivo	1.506.568	(92.707)	1.599.275	1.191.842	(86.937)	1.278.779

Demonstração do resultado

	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019	01/01/2019	Ajustes	31/12/2018
	(reapresentado)		(originalmente apresentado)	(reapresentado)		(originalmente apresentado)
Prêmios emitidos			751.185	(10.873)		762.058
Variações das provisões técnicas de prêmios			(99.519)	555		(100.074)
Prêmios ganhos			651.666	(10.318)		661.984
Sinistros ocorridos			(440.620)	7.857		(448.477)
Outras receitas e despesas operacionais			(51.345)	(2.443)		(48.902)
Despesas administrativas			(142.911)	3.141		(146.052)
Resultado financeiro			66.683	1.763		64.920
Resultado operacional			(53.377)	-		(53.377)
Resultado antes dos impostos e participações			(50.004)	-		(50.004)
Prejuízo do exercício			(48.497)	-		(48.497)
	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019	01/01/2019	Ajustes	31/12/2018
	(reapresentado)		(originalmente apresentado)	(reapresentado)		(originalmente apresentado)

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019	01/01/2019	Ajustes	31/12/2018
	(reapresentado)		(originalmente apresentado)	(reapresentado)		(originalmente apresentado)
Variação nas contas patrimoniais:						
Aplicações financeiras			1.474	5.548		(4.074)
Outros ativos			(77.609)	(1.517)		(76.092)
Débitos de operações de seguros e resseguros			61.046	(368)		61.414
Provisões técnicas - seguros e resseguros			152.508	(5.464)		157.972
Outros passivos			(5.014)	(84)		(4.930)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais			(132.405)	(1.886)		134.290
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			(1.548)	-		(1.548)

2.6. Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial de seus ativos.

i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii) **Títulos disponíveis para a venda**

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes ou ativos não circulantes diante do seu vencimento ou da expectativa de venda destes ativos.

iii) **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* a cada data de balanço.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impairment*).

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. Impairment de ativos financeiros

i) **Ativos negociados ao custo amortizado**

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de recuperações e os riscos de inadimplência das contrapartes aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em nota técnica atuarial.

2.8. Ativos relacionados a resseguros

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital, transferindo riscos parcial ou totalmente a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Administração da Companhia e, de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de retenção junto à SUSEP. Nessa operação, a Seguradora objetiva proteger seu patrimônio e seus resultados operacionais, limitando suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou existam movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

2.9. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, visando a avaliação das obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos

ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise. Os contratos e certificados relativos aos ramos e SFH/SH não foram objetos de análise, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos em 31 de dezembro de 2020 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, se mostraram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no montante de R\$10.763 (R\$6.858 em 31 de dezembro de 2019).

2.10. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais para melhoria de processos e pelos investimentos em aquisições de direitos de uso de canais de distribuição ou de carteiras de longa duração conforme estratégia da Companhia, que consiste na realização de investimentos em canais massificados. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos futuros maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição ou de carteiras de longa duração são amortizados de forma linear durante o período dos respectivos contratos ou proporcionalmente à produção, quando esta for a melhor forma de correlacionar a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros em linha com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

2.11. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração nas carteiras de vida/prestamista e ramos elementares.

2.12. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do mesmo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

A partir de janeiro de 2019, a Companhia, em conformidade com a circular SUSEP 575/2018, está classificando os salvados recuperados que ainda não estão disponíveis para venda, e suas respectivas provisões de redução ao valor recuperável, no ativo não circulante.

2.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto de equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (CGUs).

2.15. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

2.15.1. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ("transitado em julgado"), caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento).

2.15.2. Passivos contingentes

Segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

No que se refere às ações de naturezas trabalhista, tributária e cível não ligadas a contratos de seguros apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

2.15.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrente de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

2.16. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

2.16.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros.

2.16.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuarial responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

**2.18. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.19. Tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.

A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de Chain Ladder, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia nos últimos 12 anos (entre 2008 e 2020). A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada *"pro rata die"*, com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros, cosseguros e salvados

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros. Essas análises são revisadas periodicamente, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente, e/ou quando da prolação de decisões judiciais, emissão de laudos periciais e/ou quaisquer outros atos judiciais que possam trazer implicações diretas no valor e na probabilidade de perda a serem considerados, por serem favoráveis ou desfavoráveis à Seguradora.

f) Normas emitidas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitam contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP.
- As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.
- Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 - Combinação de negócios);
 - Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8);
 - Alteração da estrutura conceitual; e
 - Concessões de aluguel relacionado à Covid-19 (Alteração ao IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/06/2020.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

- IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2023, em relação a essa norma a Administração está avaliando os impactos;
- IFRS 16 / CPC 6 (R2) - Arrendamento mercantil. Em vigor para empresas reguladas pela SUSEP a partir de 04/01/2021, o modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamentos, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC06(R2). A Companhia está em fase final da avaliação dos valores que serão reconhecidos na data inicial de vigência da norma para empresas reguladas pela SUSEP, e
- A Superintendência de Seguros Privados (Susep) publicou a Resolução CNSP 388 de 8 de setembro de 2020 cujo objeto é estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCS) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. A norma terá seus efeitos produzidos em 2021. Segundo publicado pela Susep, o objetivo da norma é aumentar a oferta de produtos e o acesso dos consumidores, sem o comprometimento da solidez das entidades supervisionadas. "A norma faz parte das iniciativas da Susep para modernizar e desenvolver o setor de seguros no Brasil, trazendo novos players para o mercado, aumentando a concorrência, diminuindo o custo dos produtos e aumentando a cobertura. Com a iniciativa, a autarquia visa promover a redução de custos operacionais para o setor e mais eficiência nos processos de supervisão da autarquia. Isto beneficiará o mercado consumidor de seguros com melhores preços e mais concorrência.
- A Companhia foi enquadrada, conforme comunicado da Susep, na segmentação S3 e está implementando as alterações e avaliando os efeitos para o exercício de 2021.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) - Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) - Em vigor a partir de 01/01/2022.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade, apresentando os seguintes efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravo	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(199)	(59)	(17)
Sinistralidade global	Redução de 10%	(51)	59	17

4.1.1. Estratégia de subscrição

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um.

Um *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

4.1.2. Estratégia de resseguro

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico chave de resseguro, havendo a determinação pelo uso de resseguradoras preferenciais, com as quais a Companhia mantém uma relação geral ampla e que possuem registros

de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Administração da Companhia e pelos seus acionistas, sendo o seu *rating* considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados periodicamente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático, de forma a obter uma participação na apólice original ou riscos que são excluídos dos contratos. A colocação poderá ser feita diretamente com os resseguradores ou através de um corretor de resseguro, observadas as exigências legais e regulamentares.

4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 23.

4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolvem mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos que possuem relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "*Generali Employee Benefits* (GEB)".

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas de seguro e bilhetes prestamista destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, cabendo destaque para o pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante.

4.2.2. Seguro de automóvel

A Seguradora opera nos ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP).

A Seguradora disponibiliza a comercialização do seu produto para pessoas físicas através de seu produto PPU ("Pay Per Use" - pague de acordo com o uso) voltado apenas para veículos de passeio, sendo este o único produto relacionado a seguro auto.

Em outubro de 2019, a Administração da Companhia decidiu pela descontinuação da comercialização de apólices de frota, sendo suas últimas apólices vigentes até outubro de 2020. Em maio de 2020, a Administração decidiu pela descontinuação da comercialização de seguro auto tradicional, sendo sua carteira em *run-off*, terminando as últimas vigências em 31 de maio de 2021.

Quanto à gestão de riscos, adotam-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora.

Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico-financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

4.2.3. Seguro de ramos elementares

A Seguradora atua também nos ramos elementares com foco nos produtos Residencial, Empresarial, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores, Riscos Cibernéticos e Riscos de Engenharia.

4.2.3.1. Multirriscos

• A Seguradora oferece um rol de produtos denominados Multirriscos, que obedecem a tarifas próprias, conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada produto é composto de coberturas específicas, direcionadas para o atendimento das necessidades e proteção dos segurados, frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de uma cobertura básica (sendo uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves), diversas outras coberturas adicionais que ficam a critério da contratação individual de cada cliente. Para básica estipula-se o Limite Máximo de Indenização (LMI), que corresponde ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens em caso de ocorrência de sinistro, consequentemente o nível máximo de exposição da seguradora para cada risco. Além disso, há possibilidade de estabelecer franquias diferenciadas, que podem variar de acordo com cada cobertura e visam uma participação do segurado nos prejuízos indenizáveis.

• Riscos Nomeados e Operacionais: os Produtos Riscos Nomeados e Operacionais são distribuídos pelo segmento de "Global Corporate" da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes empresas e conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial). Este segmento atua nas mais diversas atividades existentes no parque industrial/comercial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício etc. Assim como nos Multirriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das necessidades de nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras. Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida pela base de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos relevantes, como, por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições da vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como, por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como tipo de construção, experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, *layout* e boas práticas de "*housekeeping*", perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

O produto residencial conta ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *checkup* domiciliar etc.

A exemplo do ocorrido com a carteira de seguro automóvel tradicional, a carteira de seguro residencial tradicional também se encontra em "run-off", e as últimas vigências terão seus termos em 31/5/2021. A Seguradora continua, entretanto, a comercialização do seguro residencial através de seu canal de distribuição "mass channels".

4.2.4. Riscos diversos

A Seguradora conta com outro produto de Ramos Elementares que é Riscos Diversos focado em Máquinas e Equipamentos. Nesta modalidade oferece uma apólice com a cobertura básica para danos de causa externa e demais coberturas adicionais que ficam à disposição do cliente para contratação conforme o tipo de bem a segurar. O limite máximo é fixado pelo valor máximo de cada máquina ou equipamento e a análise de subscrição leva em consideração as características (móvel ou estacionário), tipo e local de operação, ano de fabricação, estado de conservação/manutenção etc.

4.2.5. Demais ramos

A Seguradora conta também com outros produtos de ramos elementares para o atendimento às necessidades de seus clientes, como, por exemplo, seguro para Equipamentos e Máquinas (Riscos Diversos).

4.2.5.1. Responsabilidade Civil ("RC")

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, visando proteger os danos involuntários a outras pessoas, relativos às operações do Segurado, sejam eles materiais ou morais. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, faturamento, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.5.2. Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores ("D&O")

A Seguradora oferece aos Diretores e Administradores que assumem grandes responsabilidades na gestão de suas empresas, um Seguro que visa proteger o patrimônio pessoal dos mesmos, em caso da descon sideração da personalidade jurídica, quando legalmente responsabilizados por danos e prejuízos causados a terceiros. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, situação financeira, governança corporativa, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.5.3. Responsabilidade Civil para Riscos Cibernéticos ("Cyber")

A Seguradora oferece um seguro que visa a proteção da privacidade e segurança digitais em razão de ataques cibernéticos às empresas dos mais diversos segmentos, cobrindo: indenização por gastos dos vazamentos cibernéticos, custeio de advogados e *expert* em tecnologia, gastos com notificações aos indivíduos afetados, peritos para descoberta da causa do vazamento, lucros cessantes, entre outras coisas. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, a exposição de dados pessoais referentes ao segmento do cliente, a governança de TI e Segurança da informação, planos de contingência referentes à área de tecnologia, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, entre outros.

4.2.5.4. Risco de engenharia

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básicas (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

4.3. Risco financeiro

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de Investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria e Investimento da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco *Fitch* e *Standard & Poor's* (S&P) para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências *AMBest*, *Moody's* e *S&P* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-(bra)	BBB+/BB-(bra)	Sem rating	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Fundo fixo	-	-	434	434
Caixa Moeda Estrangeira	-	-	8	8
Bancos	11.162	52	-	11.213
Quotas de fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	293.868	-	293.868
Quotas de fundos de investimento aberto				
	-	11.889	-	11.889



Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-(bra)	BBB+/BB-(bra)	Sem rating	31/12/2020
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	49.629	-	49.629
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	63.088	-	63.088
Outras aplicações				
Prêmios a receber de segurados	-	-	290.456	290.456
Ativos de resseguro				
Local	37.621	19.472	-	57.093
Admitido	7.262	-	-	7.262
Eventual	1.966	-	-	1.966
Exposição máxima ao risco de crédito	58.011	437.998	290.898	786.958
Composição de carteira por classe e por categoria contábil				31/12/2019 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa				
Fundo fixo	-	-	35	35
Caixa Moeda Estrangeira	-	-	3	3
Bancos	8.003	476	-	8.479
Quotas de fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	215.528	-	215.528
Quotas de fundos de investimento aberto	64.087	-	-	64.087
Títulos públicos				
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	36.940	-	36.940
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	47.137	-	47.137
Outras aplicações				
Prêmios a receber de segurados	-	-	242.799	242.799
Ativos de resseguro				
Local	50.440	-	-	50.440
Admitido	5.571	-	-	5.571
Eventual	1.510	-	-	1.510
Exposição máxima ao risco de crédito	129.611	300.081	242.837	672.529

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro em conjunto do departamento de risco e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez.

Os passivos referentes às provisões técnicas, por regra SUSEP já estão sendo considerados a valor justo, sendo o saldo apresentado a melhor estimativa de desembolso financeiro.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	31/12/2020			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	305.757	-	305.757
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	112.717	112.717
Caixa e bancos	11.648	-	-	11.648
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	382.037	104.495	486.532
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	358.315	-	358.315
Títulos e créditos a receber	-	4.213	22.067	26.280
Outros valores e bens	6.720	-	-	6.720
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	41	-	41
	18.368	1.050.363	239.279	1.308.010
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	18.405	-	18.405
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	350.493	-	350.493
Depósitos de terceiros	-	31.637	-	31.637
Provisões técnicas	-	715.961	80.592	796.553
	-	1.116.496	80.592	1.197.088
31/12/2019 (reapresentado)				
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	279.616	-	279.616
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	84.077	84.077
Caixa e bancos	8.517	-	-	8.517
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	333.311	118.783	452.094
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	260.713	-	260.713
Títulos e créditos a receber	-	6.249	26.070	32.319
Outros valores e bens	5.062	-	-	5.062
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	41	-	41
	13.579	879.930	228.930	1.122.439
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	13.007	-	13.007
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	227.469	-	227.469
Depósitos de terceiros	-	18.695	-	18.695
Provisões técnicas	-	755.562	18.610	774.172
	-	1.014.733	18.610	1.033.343

4.6. Risco de câmbio

A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo responsabilidade civil internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente as obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

A Companhia mantém uma conta corrente em moeda estrangeira (*Multi Currency*) administrada pelo Santander, com objetivo de mitigar oscilações cambiais em despesas recorrentes e otimização operacional destas transações.

4.7. Risco de mercado

i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de *commodities*, *taxas de juros* e *câmbio*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Dessa forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a gestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que busca atender aos requisitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da gestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.

Os ativos estão vinculados às Reservas Técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das Reservas Técnicas da Seguradora estão registradas na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob a custódia do Banco Santander.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários, a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Teste de sensibilidade

Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros dentro dos fundos de investimento - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/redução R\$	Efeito no Resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(122.854)	1,79%	22,01%
CDI	Redução de 25%	(126.587)	(1,19%)	(22,67%)

Além dos ativos alocados em fundos de investimento, a Generali possui títulos públicos fora dos fundos e por esse motivo está exposta ao risco de variação dos preços desses ativos à valor de mercado.

5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco da Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante na B3 S.A., nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2020			Taxas contratadas
				Total de aplicações a valor justo	Total de aplicações a valor de curva	%	
I - Títulos para negociação							
Fundo de investimento exclusivo							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	293.867	293.867	70	293.867	SELIC
Quotas de fundos de investimentos abertos	11.889	-	-	11.889	3	11.889	-
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	49.629	49.629	12	47.913	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	63.089	63.089	15	59.816	Prefixado: 6,28 a
							9,65% a.a.
Total	11.889	-	406.585	418.474	100	413.485	
							31/12/2019 (reapresentado)
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo	Total de aplicações a valor de curva	%	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação							
Fundo de investimento exclusivo							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	215.529	215.529	58	201.371	SELIC
Quotas de fundos de investimentos abertos	64.087	-	-	64.087	7	23.856	-
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	36.940	36.940	6	19.919	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	47.137	47.137	29	100.307	Prefixado: 3,38% a
							9,65%
Total	64.087	-	299.606	363.693	100	345.453	
							31/12/2020
Circulante							305.757
Não circulante							112.717
							418.474

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2019 (reapresentado)	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2020
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	215.529	642.760	(570.688)	-	6.267	293.868
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	36.940	10.691	(2.220)	821	3.397	49.629
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	47.137	50.724	(39.396)	(2.887)	7.510	63.088
Quotas de fundos de investimentos abertos	64.087	2.230	(55.252)	-	824	11.889
	363.693	706.405	(667.556)	(2.066)	17.998	418.474
						31/12/2019 (reapresentado)
	31/12/2018	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2019 (reapresentado)
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	201.425	767.804	(765.601)	-	11.901	215.529
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	20.336	35.282	(24.196)	522	4.996	36.940
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	105.568	-	(78.007)	854	18.722	47.137
Quotas de fundos de investimentos abertos	23.856	51.482	(14.656)	-	3.405	64.087
Outras aplicações	-	169	(172)	-	3	-
	351.185	854.737	(882.632)	1.376	39.027	363.693

Em fevereiro de 2020, a Seguradora comprou R\$ 10.691 mil em NTN-Bs com vencimento em 2028 com objetivo de elevar a exposição em títulos indexados à inflação. Os efeitos da pandemia da COVID-19 começaram a ser sentidos em março de 2020, resultando na decisão estratégica de alocação parcial dos recursos em NTN-Fs no total de R\$50.724, com vencimentos em 2025 e 2029, e de alienação parcial dos títulos públicos prefixados mantidos na carteira com vencimento em 2027, com objetivo de realização de ganhos que totalizaram R\$ 3.598.

5.3. Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2020			31/12/2019 (reapresentado)		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	293.868	-	293.868	215.529	-	215.529
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	49.629	-	49.629	36.940	-	36.940
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	63.088	-	63.088	47.137	-	47.137
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	11.889	11.889	-	64.087	64.087
	406.585	11.889	418.474	299.606	64.087	363.693

6. Prêmios a receber

Composição dos créditos das operações com seguros	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios a receber de segurados emitidos	262.540	224.094
Prêmios a receber de segurados - RVNE	44.952	37.165
Prêmios a receber de cosseguro aceito	15.063	12.660
	322.555	273.919
Redução ao valor recuperável	(32.097)	(31.120)
Prêmios a receber de segurados	290.458	242.799
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	290.457	235.783
Não circulante	1	7.016
	290.458	242.799

9. Despesas antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Acordo de mídia Tim	766	953
Taxa de fiscalização SUSEP	797	797
Acordo BSF gestão em Saúde (i)	24.480	7.370
Acordo Brbiz (iii)	9.190	-
Antecipação de leads qualificados ThinkSeg (ii)	-	4.596
Despesas antecipadas com parcerias (iv)	3.125	4.064
Outras despesas antecipadas	435	755
	<u>38.793</u>	<u>18.535</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	14.546	13.240
Não circulante	24.247	5.295
	<u>38.793</u>	<u>18.535</u>

- (i) No primeiro semestre de 2019 foi firmada parceria operacional com a BSF Gestão em Saúde para a intermediação no fornecimento de medicamentos aos segurados da Generali oriundos do BMG de forma exclusiva. No primeiro semestre de 2020 esta parceria foi ampliada com encerramento do contrato anterior e assinatura de um novo contrato com vigência de 20 anos. A Generali assumiu a obrigação pela aquisição dos planos de benefícios no valor de R\$ 29.400, deste saldo, será utilizado o crédito não consumido de R\$ 8.400 referente ao contrato inicial para compensação do valor a pagar, adicionadas a 6 parcelas de R\$1.750 que foram pagas ao longo do ano de 2020 e uma parcela final de R\$10.500 em março de 2021. O plano de benefícios será diferido de acordo com a utilização e possui prazo contratual estipulado para utilização de 42 meses. Em adição, este contrato prevê a opção de compra para aquisição de 51% do capital social da BSF Gestão em Saúde, exercível em qualquer momento durante os primeiros 60 meses da vigência do presente acordo. Em 31 de dezembro de 2020, este contrato não apresenta indicativos de redução ao valor recuperável do ativo.
- (ii) No segundo semestre de 2019 foi firmada parceria com a Think Tecnologia S.A. visando a oferta de um novo tipo de seguro pela Generali denominado "Pay per use", desenvolvido com o emprego do *know how* técnico e tecnológico de ambas as partes. Inicialmente o período contratual seria de seis anos, porém devido à nova estratégia da Companhia em encerrar as operações de auto, o saldo aportado no segundo semestre de 2019 para fins de geração de leads qualificados no valor de R\$4.738, foi baixado no segundo semestre de 2020 devido a falta de expectativa de recuperação.
- (iii) No segundo semestre de 2020 foi firmado contrato de parceria com a BRBiz Tecnologia da Informação e Sistemas Ltda. para prestação de serviços de proteção digital que oferece monitoramento contínuo, rastreamento, segurança e proteção de dados pessoais e financeiros com vigência até junho de 2024. O valor total acordado foi de R\$10.233, pela aquisição de 100 milhões de chaves de ativação, tendo sido pago R\$6.733 até 31 de dezembro de 2020 e restando R\$3.500 até fevereiro de 2021. O saldo está sendo diferido conforme a utilização.
- (iv) A Companhia também possui diversas iniciativas junto aos parceiros comerciais para otimização, melhoria de processos e aumento de vendas, totalizando sob a rubrica de "Despesas Antecipadas com Parcerias" em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 3.125, tendo como principais aportes: R\$1.200 para a Rastrecall; R\$1.000 para a TIM; R\$585 para o Novo Mundo; R\$218 para a Pottencial e R\$122 para O Insurance Group.

10. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2019	Constituições	Diferimento/cancelamento	31/12/2020
Comissão				
Automóveis/RCF-V	20.456	6.946	(26.314)	1.088
Vida/acidentes pessoais	6.176	82.485	(82.325)	6.336
Prestamista	36.448	129.899	(96.666)	69.681
Demais (i)	24.018	8.859	2.233	35.110
	<u>87.098</u>	<u>228.189</u>	<u>(203.072)</u>	<u>112.215</u>

- (i) O saldo se refere ao volume de emissões reconhecidas em 2020 para a comissão na linha de ramos elementares no montante de 22 milhões.

	31/12/2018	Constituições	Diferimento/cancelamento	31/12/2019
Comissão				
Automóveis/RCF-V	23.302	35.968	(38.814)	20.456
Vida/acidentes pessoais	1.465	56.245	(51.534)	6.176
Prestamista	19.516	82.495	(65.563)	36.448
Demais	5.355	68.882	(50.219)	24.018
	<u>49.638</u>	<u>243.590</u>	<u>(206.130)</u>	<u>87.098</u>
Outros créditos operacionais			31/12/2020	31/12/2019
Circulante			97.913	80.966
Não circulante			14.302	6.132
			<u>112.215</u>	<u>87.098</u>

11. Outros créditos operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Assistências 24 horas	793	18.874
Créditos de parcerias (i)	1.429	2.514
Restituição parcial up front BMG (ii)	84.274	83.626
Restituição up front TEM (iii)	7.010	8.010
Outros	11.914	10.331
	<u>105.420</u>	<u>123.355</u>
Outros créditos operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	22.993	37.658
Não circulante	82.427	85.697
	<u>105.420</u>	<u>123.355</u>

- (i) Os créditos com parceiros referem-se a parcerias firmadas tendo como objeto a recuperação de custos com investimento efetuado pela Generali para uso exclusivo dos canais de distribuição do Banco BMG.
- (ii) O crédito relativo à parceria com o Banco BMG refere-se ao reembolso de 40%, corrigidos monetariamente, do valor aportado inicialmente a título de up front, recuperado na apuração do profit share que será abatido aos pagamentos do BMG conforme aditivo contratual. Para maiores detalhes, vide Nota 14.
- (iii) O crédito relativo à parceria com o Banco TEM refere-se ao reembolso de 100% do valor aportado inicialmente a título de "up front", corrigido pelo equivalente a 200% do CDI, em função do distrato contratual, conforme mencionado na Nota 14. Em dezembro de 2019, foi recebido o valor de R\$ 2.250 relativo a primeira parcela e em dezembro de 2020 foi recebido R\$1.000 referente parte da segunda parcela.

12. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos tributários	-	2.297
IRPJ a compensar	963	865
CSLL a compensar	375	335
PIS/COFINS a recuperar	1.358	1.329
Demais tributos	420	405
	<u>3.116</u>	<u>5.231</u>

13. Imobilizado

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Terrenos	111	-	(111)	-	-
Edificações	58	-	(56)	(2)	-
Equipamentos de informática	1.775	242	(34)	(486)	1.497
Móveis, máquinas e utensílios	1.512	117	(34)	(272)	1.323
Benefitória em imóvel de terceiros	4.143	3.051	(18)	(1.085)	6.091
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	<u>7.616</u>	<u>3.410</u>	<u>(253)</u>	<u>(1.845)</u>	<u>8.928</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2019</u>
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	60	-	-	(2)	58
Equipamentos de informática	841	1.406	(3)	(470)	1.774
Móveis, máquinas e utensílios	1.168	800	(167)	(288)	1.513
Benefitória em imóvel de terceiros	1.156	3.798	-	(811)	4.143
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	<u>3.353</u>	<u>6.004</u>	<u>(170)</u>	<u>(1.571)</u>	<u>7.616</u>

- (i) Em novembro de 2020 foram leiloadas as 6 (seis) vagas de garagem de propriedade da Generali, situadas na Rua do Carmo nº 55, Centro, Rio de Janeiro. As vagas se encontram registradas como terrenos.

14. Intangível

	Valor líquido em 31/12/2019	Amortização anual	Adições	Baixas/Impairment	Amortização	31/12/2020
Sistemas de Informação	36.924	22.669	-	(15.722)	(8.569)	35.303
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	95.063	-	-	(5.003)	-	90.060
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	18.719	-	(4.269)	(3.255)	-	11.195
Direito exclusivo de estipulação Unívda (iii)	5.000	-	-	(600)	-	4.400
Direito de uso canais de distribuição LASA (iv)	11.266	-	-	(2.876)	-	8.390
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo (v)	92.889	-	-	(4.556)	-	88.333
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine (vi)	22.825	-	-	(2.014)	-	20.811
Direito de uso canais de distribuição Xis (vii)	12.500	-	-	(694)	-	11.806
Direito de uso canais de distribuição Agibank (viii)	-	-	50.000	(50.000)	-	-
	<u>295.186</u>	<u>72.669</u>	<u>(69.991)</u>	<u>(27.567)</u>	<u>-</u>	<u>270.298</u>
	<u>Valor líquido em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/Impairment</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>	
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	34.118	11.991	-	(9.185)	-	36.924
Direito de uso canais de distribuição do BMG	162.043	-	(65.569)	(1.411)	-	95.063
Direito de uso canais de distribuição da TIM	26.688	-	(4.015)	(3.954)	-	18.719
Direito de uso canais de distribuição da TEM (ix)	9.708	-	(9.750)	42	-	-
Direito exclusivo estipulação UNÍVIDA	5.600	-	-	(600)	-	5.000
Direito de uso canais de distribuição LASA	14.116	-	-	(2.849)	-	11.267
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo	-	95.000	-	(2.111)	-	92.889
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine	-	24.000	-	(1.175)	-	22.825
Direito de uso canais de distribuição XIS	-	12.500	-	-	-	12.500
	<u>252.273</u>	<u>143.491</u>	<u>(79.334)</u>	<u>(21.243)</u>	<u>-</u>	<u>295.187</u>

- (i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG refere-se à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali a partir de 2017. Principal foco está relacionado aos clientes do BMG pelos aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato inicial previa um prazo de vinte anos e o canal de distribuição composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$163.922 em 30 de setembro de 2016, sendo a correspondente amortização iniciada a partir de janeiro de 2017 com base no início das emissões e no fluxo projetado da produção ao longo do prazo do contrato. Em 29 de novembro de 2019, foi celebrado um aditivo contratual, adicionando mais 2 anos ao contrato, além de ter sido acordado a devolução de 40% do valor pago pela Generali de forma antecipada, corrigido monetariamente desde o início do contrato até a data da assinatura do aditivo, perfazendo um montante R\$ 83.625 que foi reconhecido na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo não circulante e apresentado na Nota 11, que serão pagos ao longo dos 20 anos de contrato. A partir de dezembro de 2019 a amortização passou a ser realizada de forma linear pelo prazo do contrato, uma vez que não há métricas de emissão de apólices para este contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de *impairment*.
- (ii) Refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição da TIM para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi firmada em 2017 mediante o pagamento acordado de R\$31.500 realizado pela Generali. A amortização teve início em janeiro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo do prazo do contrato. Em 2019, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo pela necessidade de *impairment* no valor de R\$ 4.015, reconhecido nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No exercício de 2020 após nova avaliação de recuperabilidade do ativo, identificou-se a necessidade de novo ajuste para *impairment*, com o acréscimo de R\$4.269, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o saldo total de *impairment* de R\$8.284.
- (iii) Refere-se a parceria firmada com a Unívda Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, com prazo contratual de dez anos. O valor total pago pela Generali foi de R\$6.000, sendo R\$3.500 pago em 2018 e seu saldo remanescente (R\$2.500) pago em 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (R\$4.200). O ativo é amortizado linearmente de acordo com o prazo contratual e devido a cessão de 70% desta operação à Mapfre é diferida a recuperação de custos de 70% do valor amortizado também de forma linear conforme prazo contratual. Em 31 de dezembro de 2020 o valor total amortizado é de R\$1.600 e o saldo de custos recuperados é de R\$1.120, restando o saldo de R\$3.080 a recuperar, registrados sob a rubrica "Cessão a Diferir - Mapfre" no passivo.
- (iv) Refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição da LASA (Lojas Americanas), pelas lojas físicas e internet para comercialização dos produtos Generali. O pagamento total efetuado pela Generali, de acordo com as condições contratuais foi de R\$16.000, sendo R\$ 4.000 no exercício de 2019 e R\$12.000 no segundo semestre de 2020. A amortização teve início em dezembro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo dos cinco anos conforme prazo estipulado no contrato. Para o exercício findo em 30 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de *impairment*.

- (v) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Novo Mundo para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$95.000 em junho de 2019, com prazo de vigência de quinze anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em setembro de 2019. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de *impairment*.
- (vi) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Banco Pine para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$24.000 em maio de 2019, com prazo de vigência de doze anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em junho de 2019. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de *impairment*.
- (vii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição da Xis Internet para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$12.500 em dezembro de 2019, com prazo de vigência atrelado ao atingimento de metas definidas no contrato, com uma estimativa de seis anos. A amortização será realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual, porém encontra-se em fase de desenvolvimento em 31 de dezembro de 2020.
- (viii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Banco Agibank para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali para os clientes do Banco. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R\$50.000 em março de 2020, com prazo de vigência de cinco anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em maio de 2020. Em 30 de junho de 2020, após reavaliação das condições comerciais e distrato do contrato original, o valor de R\$ 50.000 foi registrado no grupo "Outros créditos operacionais", corrigido por índice definido em contrato, tendo sido efetivamente pago pela Agibank em 20 de julho de 2020.
- (ix) O direito de uso dos canais de distribuição da TEM se referia à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$9.750, porém em novembro de 2019 as partes optaram por não continuar com a operação, e por força do distrato, o valor aportado inicialmente será devolvido integralmente a Generali com correção monetária.

15. Obrigações a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Convênio DPVAT	-	146
Participação nos lucros a pagar	1.000	1.031
Assistência 24 horas	92	83
Fornecedores	5.722	3.572
Royalties	6.918	5.920
Aluguel a pagar	4.668	2.252
Outras contas a pagar	5	3
	<u>18.405</u>	<u>13.007</u>

16. Depósitos de terceiros

	31/12/2020	31/12/2019
Composição do depósito de terceiro das operações com seguros		
Aging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	7.039	7.575
De 31 a 60 dias	7.529	2.033
De 61 a 120 dias	2.058	2.745
De 121 a 180 dias	1.809	2.983
Superior a 181 dias	13.202	3.359
	<u>31.637</u>	<u>18.695</u>

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Probabilidade de perda	31/12/2020				31/12/2019				
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	
Provável	6	481	481	-	5	457	457	-	
Possível	6	7.402	-	1.089	6	7.053	-	10.064	
Remota	-	-	-	7.869	-	-	-	-	
	<u>12</u>	<u>7.883</u>	<u>481</u>	<u>8.958</u>	<u>11</u>	<u>7.510</u>	<u>457</u>	<u>10.064</u>	
Contingências trabalhistas									
Probabilidade de perda	31/12/2020				31/12/2019				
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	
Provável	30	2.431	2.431	441	22	1.210	1.209	400	
Possível	11	2.407	-	984	12	2.330	-	96	
Remota	9	919	-	11	12	3.460	-	10	
	<u>50</u>	<u>5.757</u>	<u>2.431</u>	<u>1.436</u>	<u>46</u>	<u>7.000</u>	<u>1.209</u>	<u>506</u>	
Contingências cíveis									
Probabilidade de perda	31/12/2020				31/12/2019				
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	
Provável	205	10.463	10.463	498	402	8.239	8.239	4.510	
Possível	318	21.132	-	3.853	573	22.473	-	553	
Remota	299	23.731	-	1.734	637	22.099	-	222	
	<u>822</u>	<u>55.326</u>	<u>10.463</u>	<u>6.085</u>	<u>1.612</u>	<u>52.811</u>	<u>8.239</u>	<u>5.285</u>	
Contingências sinistros									
Probabilidade de perda	31/12/2020				31/12/2019				
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	
Provável	1.528	38.786	31.302	285	523	34.283	26.707	8.109	
Possível	539	41.672	20.836	3.353	383	34.957	17.478	268	
Remota	2.107	259.872	51.974	1.313	1.809	230.908	34.636	1.238	
	<u>4.174</u>	<u>340.330</u>	<u>104.112</u>	<u>4.951</u>	<u>2.715</u>	<u>300.148</u>	<u>78.</u>		

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	733.469	663.439
Não circulante	80.592	18.610
	814.061	682.049

18.2. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em 31 de dezembro de 2019	682.048	260.713
Varição de PPNG	53.123	(48.134)
Sinistros avisados/ajustados	443.369	(177.498)
Correção monetária e juros de sinistros	(7.503)	3.997
Pagamentos e recebimentos	(297.843)	326.185
Varição IBNR	(62.118)	(1.524)
Varição PCC	3.906	(5.424)
Varição outras provisões	(922)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	814.060	358.315

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	616.200	180.639
Varição de PPNG	86.503	(28.785)
Sinistros avisados/ajustados	448.477	(179.896)
Correção monetária e juros de sinistros	13.532	(5.018)
Pagamentos e recebimentos	(496.739)	(296.929)
Varição IBNR	9.031	(3.156)
Varição PCC	4.481	-
Varição outras provisões	564	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	682.048	260.713

19. Garantias das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Provisões técnicas - seguros	814.060	682.049
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(262.424)	(212.100)
Direitos creditórios	(109.597)	(111.482)
Custos de aquisição diferidos redutores	(58.168)	(46.280)
Depósitos judiciais redutores	(218)	(373)
Total das exclusões	(430.407)	(370.235)
Provisões técnicas para cobertura	383.653	311.814
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	305.039	279.037
Títulos públicos	112.717	84.077
Total das garantias das provisões técnicas	417.756	363.114
Suficiência	34.103	51.300

20. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11 - Contrato de Seguros, parágrafo 39, alínea (c) (iii).

20.1. Sinistros brutos de resseguro

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	762.940	324.964	335.152	354.585	388.252	345.292	2.511.184
Um ano após o aviso	734.698	321.046	339.844	360.107	403.257	-	2.158.951
Dois anos após o aviso	679.396	324.752	346.063	362.225	-	-	1.712.434
Três anos após o aviso	616.300	326.739	358.213	-	-	-	1.301.251
Quatro anos após o aviso	593.683	333.420	-	-	-	-	927.102
Cinco anos após o aviso	600.258	-	-	-	-	-	600.258
Estimativa dos sinistros	600.258	333.420	358.213	362.225	403.257	345.292	2.402.664
Pagamentos de sinistros efetuados	544.638	307.561	331.609	326.244	371.435	244.865	2.126.352
Sinistros pendentes	55.620	25.859	26.604	35.980	31.821	100.427	276.311
Salvados							(2.277)
Outros IBNER							82.473
Sinistros pendentes contábil							356.507
IBNR							86.421
Reserva de sinistros ocorridos							442.928

20.2. Sinistros líquidos de resseguro

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	502.008	183.354	215.133	224.954	218.895	177.400	1.521.744
Um ano após o aviso	478.580	149.572	159.958	180.652	169.784	-	1.138.545
Dois anos após o aviso	421.131	146.808	153.466	180.669	-	-	902.074
Três anos após o aviso	388.020	145.121	156.713	-	-	-	689.854
Quatro anos após o aviso	374.636	147.613	-	-	-	-	522.248
Cinco anos após o aviso	378.653	-	-	-	-	-	378.653
Estimativa dos sinistros	378.653	147.613	156.713	180.669	169.784	177.400	1.210.831
Pagamentos de sinistros efetuados	351.686	138.796	149.511	174.787	162.347	129.386	1.106.513
Sinistros pendentes	26.967	8.817	7.202	5.882	7.436	48.014	104.318
Salvados							(2.277)
Outros IBNER							35.371
Sinistros pendentes contábil							137.412
IBNR							50.009
Reserva de sinistros ocorridos							187.421

21. Provisão de sinistros a liquidar**21.1. Movimentação de sinistros a liquidar**

	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Em 1º de janeiro	310.609	133.039
Constituições/reestimativas	443.369	268.581
Liquidações	(389.968)	(285.523)
Atualizações	(7.503)	8.512
	356.507	124.879

21.2. Aging de sinistros a liquidar

	31/12/2020		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	27.500	(13.951)	13.549
De 31 a 60 dias	17.844	(7.505)	10.339
De 61 a 365 dias	77.082	(43.558)	33.524
Acima de 365 dias	234.081	(154.081)	80.000
	356.507	(219.095)	137.412
	31/12/2019 (reapresentado)		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	29.557	(9.457)	20.100
De 31 a 60 dias	21.929	(6.913)	15.016
De 61 a 365 dias	79.136	(46.394)	32.742
Acima de 365 dias	170.832	(113.811)	57.021
	301.454	(176.575)	124.879

22. Patrimônio líquido - 22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia se encontra totalmente integralizado pelo valor de R\$1.563.401 (R\$1.513.401 em 31 de dezembro de 2019), representado por 4.661.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (4.229.589 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019), detidas integralmente por acionistas domiciliados no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2020, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$50.000, com a emissão de 432.075 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.513.401 para R\$1.563.401, representado por 4.661.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 374, publicada no Diário Oficial da União em 02 de julho de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$125.223, com a emissão de 965.482 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.371.177 para R\$1.496.401, representado por 4.094.293 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 219 publicada no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$17.000, com a emissão de 135.296 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.496.400 para R\$1.513.401, representado por 4.229.589 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 259 publicada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador	(125.093)	(48.497)
Prejuízo do exercício		
Denominador (em milhares de ações)	4.568.147	3.851.762
Prejuízo por ação em R\$	(27,38)	(12,59)

22.2. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido		
Despesas antecipadas	(38.792)	(18.535)
Participações societárias	-	(353)
Obras de arte	(43)	(59)
Intangível	(270.298)	(295.187)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda	16.242	15.839
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	140.295	211.774
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital - risco de subscrição	88.671	81.212
Capital - risco de crédito	21.977	20.891
Capital - risco operacional	3.142	3.024
Capital - risco de mercado	11.391	23.911
Benefício da diversificação	(16.900)	(23.443)
Capital Adicional de Risco - CR (b)	108.281	105.596
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	108.281	105.596
Patrimônio líquido ajustado	140.295	211.775
(-) Exigência de Capital - EC	108.281	105.596
Suficiência de Capital - R\$	32.014	106.179
Suficiência de Capital - % da EC	129,6%	200,6%
20% do Capital Adicional de Risco - CR (b)	21.656	21.119

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê é composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil. O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que tem como objetivo garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna. Ao longo de 2020, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram: **Auditoria Interna** - (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2020; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia. **Gestão de Riscos e Compliance** - (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2020 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da Susep; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as atividades sob sua responsabilidade; (iii) foi informado sobre as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iv) foi informado sobre as atividades da Companhia para a prevenção à lavagem de dinheiro e a prevenção ao financiamento de terrorismo. **Ouvi-**

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido		
Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas	34.102	59.838
Liquidez em relação ao CR (b)	12.446	38.719

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital-base e o capital de risco.

23. Ramos de atuação da seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2020					
Automóveis/RCF-V	128.372	(129.894)	101	(24.541)	19
Vida - Acidentes pessoais	216.527	(178.058)	82	(69.564)	32
Vida - Prestamista	263.591	(75.855)	29	(111.434)	42
Demais	130.956	(59.562)	45	(33.270)	25
	739.446	(443.369)	60	(238.809)	32

Em 31 de dezembro de 2019

Automóveis/RCF-V	224.226	(190.245)	85	(37.623)	17
Vida - Acidentes pessoais	191.843	(142.694)	74	(48.733)	25
Vida - Prestamista	161.927	(36.213)	22	(60.816)	36
Demais	83.988	(79.325)	94	(18.828)	22
	661.984	(448.477)	67	(166.000)	25

24. Imposto de renda e contribuição social

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$1.101.776 (R\$988.363 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.108.805 (R\$984.835 em 31 de dezembro de 2019). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

25. Remuneração baseada em ações

Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali, que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 9.771 (R\$10.238 em 31 de dezembro de 2019).

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Comissão sobre prêmios emitidos	(180.722)	(151.470)
Comissão de agenciamento	(993)	(4)
Recuperação de comissões	262	1.009
Despesas com incentivo à produção e pro labore	(84.818)	(47.991)
Outras despesas de comercialização	(643)	(2.016)
Varição das despesas de comercialização diferidas	28.105	37.460
	(238.809)	(163.012)

b) Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos assistência 24h	30.227	60.345
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	128	3.083
Outras receitas operacionais	3.494	3.555
	33.849	66.983

Outras despesas operacionais

Débitos assistência 24h	(22.349)	(43.428)
Despesas operacionais - seguros	(23.754)	(26.998)
Despesa com serviços de terceiros (i)	(24.088)	(26.063)
Provisão para riscos de créditos	(8.032)	(14.285)
Despesas com encargos dos corretores	(22)	(6)
Despesas com cobrança bancária	(737)	(3.817)
Lucros atribuídos	(1.463)	(499)
Provisões cíveis	(2.224)	(789)

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **GENERALI Brasil Seguros S.A.** - Rio de Janeiro - RJ.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da GENERALI Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da GENERALI Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no tópico "Escopo da Auditoria", com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação

dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da GENERALI Brasil Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da GENERALI Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no tópico "Escopo da Auditoria", também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela GENERALI Brasil Seguros S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021

ELMO HENRIQUE DE MORAES - Atuário MIBA 2040

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.- CNPJ 33.950.548/0001-51 - CIBA Nº 161

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, advindas da adoção da Circular SUSEP nº 595/19, os valores correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado e aos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tinham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021